



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD**

FRANCISCO FÁBIO LIMA DA SILVA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO DA
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL DOMINGOS SÁVIO,
BATURITÉ - CE**

REDENÇÃO

2022

FRANCISCO FÁBIO LIMA DA SILVA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO DA
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL DOMINGOS SÁVIO,
BATURITÉ - CE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública Ead na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira–UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Antônia Márcia Rodrigues

REDENÇÃO

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

Sistema de Bibliotecas da UNILAB

Biblioteca Setorial dos Palmares

Catálogo de Publicação na fonte

S578g Silva, Francisco Fábio Lima da

Gestão das políticas públicas educacionais: estudo de caso da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio, Baturité – Ce. / Francisco Fábio Lima da Silva. Redenção, 2022.

47 f.; il.

Trabalho de conclusão de curso em Administração Pública Ead da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira– UNILAB.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Antônia Márcia Rodrigues

1. Educação - Ceará. 2. Políticas públicas. 3. Indicadores educacionais. I. Título.

CDD 370

CE/ UF/ BSP

FRANCISCO FÁBIO LIMA DA SILVA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO DA
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL DOMINGOS SÁVIO,
BATURITÉ - CE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública Ead na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira– UNILAB.

Aprovado em: 21/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Antônia Márcia Rodrigues

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira– UNILAB.

Prof.Dra Maria Aparecida da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira– UNILAB.

Profa. Dra. Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

REDENÇÃO

2022

EPÍGRAFE

Ser competente é acertar um alvo que ninguém acertou, ser administrador é acertar um alvo que ninguém viu.

(Erlandson F. A. Andrade)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a Deus, Pai e Onipotente, minha esposa Valéria, minha filha Maria Cecília, a toda minha família e amigos, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, nosso Pai e Criador, pela força e coragem concedidas a mim durante a longa caminhada e pela oportunidade de chegar ao final dessa batalha.

Aos meus familiares, que sempre estiveram presente, incentivando e contribuindo principalmente nos momentos mais difíceis.

Aos meus avós Senhora Raimunda Pereira e Senhor Francisco Carlos (In Memoriam), que me ensinaram ser um cidadão de bem, e me concederam uma boa educação.

À minha esposa Valéria, que pacientemente compreendeu a minha ausência, contribuiu demais dando apoio, incentivou quando pensei em desistir e colaborou para a realização deste trabalho.

À minha filha que, mesmo não entendo ainda o que escrevi neste agradecimento, por ter apenas 2 aninhos, por inúmeras vezes sofreu com minhas ausências, enquanto eu me dedicava aos estudos, filha por você faço tudo e você foi e sempre será a minha inspiração de todos os dias.

Agradeço aos colegas de trabalho, que compartilharam comigo deste estudo e colegas de turma que em alguns momentos eu quis desanimar, estavam presentes, estendendo suas mãos e ofertando palavras de motivação.

A minha orientadora Dra. Antônia Márcia Rodrigues, pelo seu comprometimento e responsabilidade na condução deste trabalho, não mediu esforços e sempre ali me motivando para não desistir e seguir em frente.

A todos que fazem esta Instituição de Ensino, pela perseverança em ofertar um curso de grande porte a distância.

A todos que de forma direta e indireta contribuíram para realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a percepção de professores da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio sobre as políticas públicas voltadas para o SPAECE nas turmas avaliadas. A fim de alcançar os objetivos aqui propostos, a metodologia de estudo consistiu essencialmente em uma revisão bibliográfica, utilizando-se dos ensinamentos de teóricos e estudiosos que se dedicam ao tema. Ademais, foi realizado um Estudo de Caso no município de Baturité, no Ceará e, mais especificamente, na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio. Por fim, constatou-se a importância de políticas públicas na área da educação, habilitando os indivíduos a atuarem no mercado de trabalho, e exercer sua cidadania. Muitas vezes as políticas são localmente ressignificadas como forma de aumentar a eficiência dos programas e ações governamentais. Cumpre ressaltar que o uso de indicadores é de suma importância para que os tomadores de decisões façam a melhor distribuição possível dos recursos, destinando-os aos setores e localidades que mais necessitam, além de servir como monitoramento das políticas públicas implementadas no país e em seus entes federativos.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Indicadores Educacionais. Educação Brasileira. Escola Municipal. Baturité.

ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze the perception of teachers from the Domingos Sávio Municipal Elementary School about the public policies aimed at SPAECE in the evaluated classes. In order to achieve the objectives proposed here, the study methodology consisted of a bibliographic review, using the teachings of theorists and scholars who are dedicated to the subject. In addition, a Case Study was carried out in the municipality of Baturité, Ceará and, more specifically, in the Domingos Sávio Municipal Elementary School. Finally, the importance of public policies in the area of education was verified, enabling individuals to act in the job market, exercising their citizenship. Policies are often re-signified locally as a way to increase the efficiency of government programs and actions. It should be noted that the use of indicators is of paramount importance for decision makers to make the best possible distribution of resources, allocating them to the sectors and locations that most need them, in addition to serving as a monitoring of public policies implemented in the country and its federative entities.

KEYWORDS: Public Policy. Educational Indicators. Brazilian Education. Municipal School. Baturite.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas e ações públicas no município de Baturité no âmbito educacional	27
Quadro 4 - Resultados das avaliações externas nos últimos três anos.	31

LISTA DE TABELAS

Figura 1 - Indicadores Educacionais do Ensino Fundamental e Médio	24
Tabela 2 - Metas e valores Reais do IDEB	25
Tabela 3 - Matrículas Iniciais e Finais, Aprovados e Reprovados	26
Erro! Indicador não definido.	

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Políticas Públicas	14
2.2 Políticas Públicas de Educação e Cidadania	15
2.3 Políticas Públicas Ilustradas em Indicadores Educacionais	18
2.4 Políticas Públicas Educacionais no Âmbito Nacional.....	21
2.5 Políticas Públicas Educacionais no âmbito Estadual e Municipal.....	23
3 METODOLOGIA.....	28
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

A partir da Revolução Industrial ocorrida no século XVII, o mundo passou por mudanças constantes de natureza econômica, social e tecnológica, que fizeram com que a educação se desenvolvesse, permitindo maior acesso e compartilhamento de informações. Assim, diante do contexto de avanços e revoluções, o novo mercado econômico passou a exigir mão de obra mais especializada, e assim a cobrar do governo maiores investimentos na educação.

Vale dizer que a educação é um direito de todos e, por isso, é dever do Estado oferecê-la com qualidade, uma vez que constitui importante ferramenta para o desenvolvimento humano, aumento da renda e desigualdade social. Assim, a educação influencia diretamente na produtividade do indivíduo, renda e bem-estar.

Todavia, diversos problemas são constatados diariamente na realidade, como por exemplo, a insuficiência de escolas quanto a quantidade de crianças e adolescentes, a evasão escolar, alto índice de repetência, abandono escolar, entre outros.

Destarte, a descentralização do ensino também se dá em consequência das mudanças ocorridas mundialmente devido à globalização e aos avanços tecnológicos e que afetam economicamente, socialmente, culturalmente a atuação do Estado, que para atender as demandas modernas da sociedade, repassa poderes e responsabilidades para comunidades locais de organizações de políticas públicas e também através delas.

Posto isso, para atender essas necessidades expostas, são criadas Políticas Públicas que, nos últimos anos tem ampliado as ações que buscam acompanhar e avaliar as ações realizadas no Brasil, verificando a coerência e investimento da administração pública com as demandas.

Nesse sentido, a utilização de indicadores relacionados aos programas sociais é de suma importância para monitorar a aplicação da política pública no país e balizar e distribuir recursos nas áreas e setores que mais necessitam.

Assim, diante do exposto, indaga-se: Qual a importância da gestão eficaz das políticas públicas educacionais no âmbito educacional?

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar a percepção de professores da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio sobre as políticas

públicas voltadas para o SPAECE nas turmas avaliadas. Para tanto, de forma a materializar estes objetivos, os objetivos secundários são: (i) entender o conceito de Políticas Públicas; (ii) relacionar Políticas Públicas Educacionais e Cidadania; (iii) demonstrar as Políticas Públicas em Índices Educacionais de uma avaliação externa, no âmbito nacional, estadual e municipal.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de demonstrar a importância da gestão pública eficaz do sistema educacional diante da democracia estabelecida no país e do direito à cidadania prevista na Constituição de 1988, bem como dos indicadores de desempenho e o estabelecimento de metas, de forma a possibilitar a visualização do cenário em análise.

De forma a atingir seu fim, este trabalho está estruturado em seis seções: introdução, que busca contextualizar o tema, justificando-o e apresentando os objetivos gerais e específicos desta pesquisa. A segunda seção é composta pelo desdobramento do tema através referencial teórico sobre o assunto. A terceira, por sua vez, descreve a metodologia aplicada para elaborar esta pesquisa. Posteriormente, na quarta seção, estão confrontados os dados obtidos pela pesquisa, com o referencial teórico elaborado e hipóteses formuladas inicialmente. Na quinta seção, estão compiladas as informações levantadas em uma conclusão sobre o tema. Por fim, a sexta seção encerra com as referências bibliográficas que apoiaram o desenvolvimento deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

Política pública consiste em um conjunto de ações tomadas por um governo de forma a alcançar um objetivo diante um problema de conflito social. Sendo, portanto, de suma importância a intervenção do governo para sua realização. (BANAFONT, 2004).

Dessa forma, Höfling (2001, p.31) explica que as políticas públicas representam “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”

Azevedo (2001) aduz que as políticas públicas sociais concernem a uma forma de proteção social implementada pelo Estado, redistribuindo os benefícios sociais visando diminuir as desigualdades sociais existentes produzidas estruturalmente pelo desenvolvimento socioeconômico do país.

Ademais, Bucci (2002), acredita que as políticas públicas consistem em uma importante ferramenta de controlar a discricionariedade do administrador ao exigir pressupostos materiais sobre suas decisões.

Assim, gestão da “coisa pública” no Brasil, de acordo com Batista (2007), está diretamente relacionada ao tipo de sociedade construída desde o período da colonização. Assim, é de suma importância para a gestão democrática do Estado e suas instituições que haja a separação do bem público e o privado. (BATISTA, 2007).

Martins (2010) destaca que as políticas públicas sociais surgiram a partir a revolução industrial e dos conflitos por ela desencadeados entre o capital e o trabalho, afetando interesses sociais vitais de diferentes camadas da população com a expansão do mecanismo do trabalho.

Assim, as políticas sociais se organizam seguindo uma lógica territorial ou setorial, sendo neste último caso constituído a partir de uma questão socialmente problemática na sociedade, a exemplo, o setor educacional.

Shiroma *et al* (2002) explica que as políticas públicas podem ser representadas por leis, planejamento, financiamento e, também, pelos programas educacionais propostos pelo Estado.

Posto isso, dentre as políticas públicas sociais, a política educacional consiste em uma política setorial que objetiva reduzir as desigualdades observando o indivíduo como um cidadão detentor de direitos. (MARTINS, 2010).

2.2 Políticas Públicas de Educação e Cidadania

De acordo com Shiroma *et al* (2002), o direito à educação surgiu apenas tardiamente, uma vez que o Estado estava inserido em um contexto centrado no modelo econômico agroexportador e na mão de obra escrava.

Segundo os autores, apenas ao final do século XIX durante a Primeira República passou-se a pensar em um modelo intervencionista no qual a educação começou a ser apontada como uma necessidade no desenvolvimento do país

No início dos séculos XX, com o fortalecimento das classes médias e sua aliança com o empresariado urbano, a educação passou a ser reconhecida como uma questão nacional e requerer implantação de políticas públicas. Todavia, o marco da setorização da Educação diante da reivindicação a sua implementação como uma política nacional social se deu em 1924 com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), que promovia conferências de educação e congressos nacionais. (MARTINS, 2010).

Teixeira (1976) alega que ao fim da década de 20 e 30 despertou-se o olhar para os erros e, diante do ambiente revolucionário do contexto, a reorganização do sistema educacional mostrou-se propício. Assim, a década de 1930 representou um salto em relação à regulamentação educacional do país.

Com o Estado Novo de Getúlio Vargas, a constituição de 1934 foi revogada, impondo-se uma nova. Assim, diante desse período autoritário, houve uma segunda reforma do ensino no Brasil, de modo a estabilizar as forças mais conservadoras da época, criando-se as Leis Orgânicas do Ensino, que ampliam e flexibilizam a reforma educacional anterior. Vale dizer que a Constituição de 1934 previa a educação como um direito de todos, expressão essa que desapareceu do texto da Carta do Estado Novo em 1937. (SHIROMA *et al*, 2002).

Assim, pode-se dizer que recentemente fomentou-se a ideia de que o Estado brasileiro deve agir sobre a educação do país instituindo políticas públicas, revelando o histórico remanescente das políticas educacionais no Brasil demonstram

uma ligação com as características conservadoras e patrimonialistas o qual foram impostos ao Estado e a sociedade. (ARAÚJO, 2006).

Conforme destaca Martins (2010), é notável que nos países industrializados que se encontram mais adiantados, o conhecimento e a habilidade de coletar e processar informações, bem como a criatividade, a inovação e a iniciativa consistem em bases fundamentais para a economia moderna.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação constitui um direito de todos como forma de garantir o desenvolvimento da pessoa e a qualificar para o trabalho e para exercer a cidadania, devendo ser promovida, em conjunto, pelo Estado, família e sociedade.

Assim, quanto ao instrumento de financiamento, deve-se atender os objetivos de universalização, qualidade e equidade, devendo ser vislumbrados pelos mecanismos de fundos e o planejamento educacional, com a aprovação de plano nacional de educação. (MARTINS, 2010).

Posto isso, Soares e Mosinhos (2014) explicam que as Políticas Públicas Educacionais buscam cada vez mais o repasse gerenciamento dos recursos recebidos semestralmente, uma vez que a escola pública recebe incentivos, exigências e verbas para o seu funcionamento, desempenho e manutenção, objetivando o alcance dos índices educacionais estabelecidos em níveis nacional e internacionalmente.

Segundo os autores, os recursos obtidos são usados para a manutenção e conservação da escola, para a aquisição de material permanente e de consumo, para a aplicação de avaliações de aprendizagem internas e externas, para a implementação de projeto político pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

Isoladamente, a educação não é capaz de assegurar a justiça social e nem erradicar a violência ou promover o respeito ao meio ambiente e o fim faz discriminações sociais, porém constitui em um importante mecanismo para tornar, de acordo com Mello (1991), as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas.

Para Silva (2019), o investimento em educação é determinante para o crescimento econômico de uma sociedade e seu desenvolvimento, além de permitir melhorias das oportunidades de trabalho e aumentar a renda salarial do trabalhador e diminuir a desigualdade social.

Ademais, de acordo com Mello (1991), a educação expressa uma relação entre desenvolvimento e democracia, traduzindo em um fator que contribui para a associação do crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida com a consolidação dos valores da democracia. Meier (2005) acredita que a produtividade das pessoas determinada não apenas pelos anos de estudo, como também pela qualidade do ensino ofertado.

Batista (2007) aduz que a educação consiste na base dos processos que levam ao desenvolvimento econômico e tecnológico, de forma que a ciência e a tecnologia são consideradas forças produtivas.

Posto isso, o Estado compreende a democratização da educação como uma necessidade de impor maior racionalidade na sua gestão, calçadas em formas mais flexíveis, participativas e descentralizadas de gestão de recursos e responsabilidades. (BATISTA, 2007).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a União possui responsabilidade em avaliar o rendimento do ensino Fundamental, Médio e Superior, além de definir quais são as ações prioritárias na melhoria da qualidade de ensino no país em todos os níveis. (BRASIL, 1996).

A LDB enumera, ainda, alguns recursos de financiamento da rede pública escolar, a citar pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, pelo Programa Municipal de Desenvolvimento na Escola (PMDE), pelo Programa dinheiro direto nas escolas (PDDE), ELO Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e pelo Plano Nacional da Educação Básica (PNE). (SOARES & MOSINHO, 2014).

Assim, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) realiza várias avaliações de forma a visualizar a efetividade da elaboração e aplicação de políticas públicas. (NUNES *et al*, 2013).

. Dessa forma, o exercício da cidadania, instrumentalizado pela qualificação educacional, se dá através da aquisição de conhecimentos, compreensão de ideias e valores, bem formação de hábitos de convivência em sociedade. (MELLO, 1991).

Entretanto, Batista (2007) destaca que a gestão democrática, como política educacional incorporada aos direitos sociais, não é uma realidade visível em todas as escolas públicas do país, variando de acordo com as políticas nacionais de cada gestão local e da organização do seu sistema de ensino.

Silva (2019) destaca para a crucialidade da efetividade das políticas adotadas pelos governos em todas as suas esferas administrativas em fomentar a excelência do ensino na busca por melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

Meier (2005) aponta para o setor público como o principal responsável pela formação do capital humano, além de que, uma vez que se não fosse por sua participação no fomento à educação, os mais vulneráveis seriam excluídos do acesso ao meio de desenvolvimento privado e social. Demonstrando, assim, a importância da atuação do estado e da avaliação dessa ação para a redução das desigualdades e também da extrema pobreza baixo padrão de vida diante da configuração da sociedade. (RIANI, 2009).

Conforme Martins (2010), compete a todos os entes federativos legislar concorrentemente a respeito da educação, uma vez que cabe a União, privativamente, sobre as diretrizes e bases da educação nacional e estabelecendo competências para cada ente federativo em termos de matéria educacional, no que concerne a suas responsabilidades em níveis e etapas de educação escolar.

Posto isso, de acordo com o autor supracitado, compete a União organizar o sistema federal de ensino, bem como financiar as instituições públicas federais e exercer as funções redistributivas e supletivas. Quanto aos estados e Distrito Federal, são responsáveis por atuar no ensino fundamental e médio, enquanto os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil.

2.3 Políticas Públicas Ilustradas em Indicadores Educacionais

Indicadores são utilizados como métricas da realidade social ao transformar em números condições do cotidiano de pessoas, grupos, comunidades, organizações e regiões em relação à educação, saúde, moradia, entre outros aspectos de um país. (WERLE *et al*, 2015).

Assim, ainda segundo os autores, os indicadores podem ser utilizados como referentes, isto é, modelos, padrão a alcançar, patamar a ser buscado; ou como referidos, apresentando apenas as características de um grupo, sistema escolar, características educacionais de uma região frente a um padrão ou referente.

No setor educacional, Werle *et al* (2015) explicam que os indicadores permitem apontar para os problemas enfrentados na realidade educacional do país,

bem como demonstrar os avanços em relação a cobertura escolar, a aprovação de estudantes, rendimentos escolares, qualificação de docentes. Dessa forma, são úteis quando são revisitados, analisados em diferentes ângulos, comparados e relacionados, de forma a promover informações a respeito dos presentes problemas e seu foco.

Fontanive (2009) corrobora com essa afirmação ao apontar para a necessidade dos indicadores de resultados educacionais em avaliar os aprendizados dos alunos, bem como a sua frequência escolar.

Fernandes e Gremaud (2009) explicam que, as avaliações educacionais, independente do contexto nas quais estão inseridas e de seus objetivos, visam auferir resultados passados ou fazer inferências quanto ao futuro. Assim, essa informação funciona como subsídio para a elaboração de políticas públicas de melhoramento no âmbito escolar que, através de seus programas verificam se a aprendizagem proporcionou aos estudantes, dentre outros fatores, determinadas habilidades, competências e conhecimentos.

Sob a ótica de Neto (2008), os indicadores sintetizam as dimensões mais complexas da realidade, investigando-a por meio de indicadores específicos. Todavia, não é fácil estabelecer indicadores que meçam as desigualdades educacionais, considerando a grande diversidade do país.

Satelli *et al* (2004) indicam que os indicadores sintéticos são responsáveis por aumentar a quantidade de dados, uma vez sendo estes necessários para cada um dos subindicadores e para a realização de uma análise estatística significativa que sumariza questões complexas de forma a apoiar os tomadores de decisão, fornecendo uma visão dos indicadores.

No campo da Educação,

Os indicadores sintéticos permeiam o campo programático da Educação. Sintomático neste sentido foi a situação vivenciada pelo Inep – órgão produtor e compilador das estatísticas educacionais do MEC – de ver-se compelido a dispor de um indicador sintético, construído a partir do amplo escopo temático de informações coletadas no Censo Escolar, que pudesse refletir a qualidade e o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro no âmbito municipal e viesse a subsidiar o processo de decisão e avaliação de políticas públicas educacionais. (Scandar Neto, Silva e Jannuzzi, 2006, p.18).

Em 2005, a Secad, vinculada ao Ministério da Educação e reunindo especialistas e representantes da sociedade civil, promoveu e estimulou a realização de estudos sobre indicadores educacionais de resultado que abrangessem diversos programas e ações executados nesse âmbito na busca pelo monitoramento eficaz. (NETO, 2008).

Posto isso, existem variados instrumentos de acompanhamento do sistema educacional em nível nacional e internacional, a destaque para o *Programme for International Student Assessment (PISA)*, que consiste em um programa organizado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de forma a acompanhar o nível educacional de jovens de até 15 anos completos entre os países participantes. Assim, as informações obtidas subsidiam a elaboração de indicadores contextuais, relacionando, portanto, o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. (SOARES & MOSINHO, 2014).

No Brasil, segundo os autores, o Instituto responsável por elaborar, aplicar, e comparar os resultados obtidos com a coleta de dados de avaliações externas e, de antes destas, estipular metas é o Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais (INEP, órgão vinculado ao Ministério da Educação, para a elaboração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Soares e Mosinho (2014) ainda exemplificam as diversas avaliações externas aplicadas em diferentes níveis educacionais, sendo elas: SAEB (Sistema de avaliação da educação básica), ANEB (Avaliação Nacional da Educação básica), ANRESC (Avaliação Nacional de Rendimento Escolar), Prova Brasil, ANA (Avaliação Nacional da alfabetização), SPAECE (Sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará), ENEM (Exame nacional do ensino médio), ENADE (Exame nacional de desempenho dos estudantes), dentre outras avaliações regionais ou estaduais.

Destaca-se que a Prova Brasil e o SAEB, criadas em 2002, são avaliações diagnósticas aplicadas bienalmente em larga escala, através de questionários com questões objetivas unificadas e questionários socioeconômicos aos estudantes dos nos segundos, quintos e nonos anos do Ensino Fundamental e terceiros anos do Ensino Médio, para analisar e avaliar a qualidade do ensino básico brasileiro. (SOARES; MOSINHO, 2014).

Neto (2008) alerta que, ao utilizar estes indicadores para verificar a efetividade de um programa estatal, deve-se ter cuidado para que ao buscar por melhores índices quantitativos não comprometam a qualidade do ensino escolar.

2.4 Políticas Públicas Educacionais no Âmbito Nacional

Na década de 1990 houve a implantação do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (Saep), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia do Ministério da Educação (MEC), que buscava avaliar e comparar o aprendizado dos alunos, transcendendo a avaliação baseada na capacidade de atendimento pela expansão do sistema de ensino. (ALVES E SOARES, 2013).

Assim, diante do reconhecimento da necessidade em se obter informações a respeito do sistema educacional brasileiro, o Ministério da Economia, através do Inep transformou o Saep em Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujos objetivos consistiam em regionalizar a operacionalização do processo avaliativo para possibilitar a gestão direta pelas instâncias locais; obter os parâmetros dos rendimentos dos alunos em relação as propostas curriculares, entre outros. (SOARES; MOSINHO, 2014).

Vale dizer que, em 1995, o Saeb foi reestruturado de forma a incluir estudos e análises dos alunos de ensino médio e da rede particular de ensino, além de incorporar características socioeconômicos, culturais e sobre os hábitos de estudo dos alunos. (ALAVARSE, 2012).

Instituída em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, estabelece a competência da União em assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental e das instituições de educação superior, bem como a avaliação dos cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (ALAVARSE, 2012)

Posteriormente, em 2005, o Saeb foi reestruturado em duas avaliações bienais complementares: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), sendo esta última denominada Prova Brasil.

Em 2007 o Governo federal criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculado a cada dois anos pelo Inep do Ministério da Educação (MEC), sinaliza a qualidade no sistema de ensino. (FERNANDES, 2007).

O Ideb é obtido pela combinação das notas da Prova Brasil (ou Seab) e as taxas de aprovação, coibindo dessa maneira a reprovação indiscriminada para que professores não aprovem alunos que não adquiriram aprendizado. (FERNANDES & GREMAUD, 2009).

Segundo a definição postulada pelo Ministério da Economia (2019) o IDEB consiste em um indicador bienal, construído a partir de dados obtidos do censo escolar e das médias de desempenho nas avaliações efetuadas pelo Saeb e Prova Brasil, a respeito da performance do sistema brasileiro de ensino, como forma de melhorar a qualidade do ensino nacional (MEC, 2019).

Assim, de acordo com os estudos de Alves e Soares (2013), o Ideb busca induzir políticas de melhoria da educação por meio de termo de adesão voluntária dos municípios e Estados ao *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, que prevêem que os Estados, municípios e escolas devem contribuir em conjunto para que o Brasil atinja os patamares educacionais similares aos países desenvolvidos até o ano de 2022, data da confecção deste trabalho.

Em 2001, instituiu-se o Plano Nacional de Educação (PNE, abrangendo tanto a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) quanto o Ensino Superior, derivou-se de uma demanda emergente da sociedade em relação à educação pública em defesa da participação da mesma no aprimoramento no sistema de ensino e do financiamento educacional pelo poder público. (RIOS-NETO *et al*, 2010).

Posto isso, de acordo com os recortes retirados pelos autores supracitados, o PNE objetiva:

- i. a elevação global do nível de escolaridade da população; ii. a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; iii. a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e à permanência; e iv. democratização da gestão do ensino público, obedecendo ao princípio da gestão participativa, i.e., promovendo a participação dos profissionais da educação e da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola. (RIOS-NETO, 2010, p. 07).

Assim, de acordo com o art. 211 da Constituição Federal do Brasil de 1988, a gestão da educação é compartilhada pelos três entes federativos, isto é, União, Estados e Municípios, sendo fortalecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDB) em 1996 que sistematiza a descentralização dos serviços educacionais no país. (VIDAL & VIEIRA, 2011).

2.5 Políticas Públicas Educacionais no âmbito Estadual e Municipal

A descentralização das políticas públicas é uma ferramenta usada dentro de uma perspectiva democrática para corrigir as desigualdades, entre outras, educacionais e favorecendo sua modernização e otimizando os recursos que lhe são despendidos. (DANTAS & JESUS, 2003).

Esse deslocamento, de acordo com os autores, faz com que a educação adquira posição de destaque nas pautas e agendas governamentais, buscando uma reestruturação competitiva na economia e fortalecendo a equidade social.

As políticas municipalização são incorporadas pelas reformas do Estado ao se perceber a necessidade de se redefinir a intervenção estatal, principalmente na gestão das políticas públicas. Ademais, essa descentralização também sofreu influência do processo de globalização e da transnacionalização do capitalismo, como também das mudanças a respeito da concepção do Estado.

Para os autores, essa reorganização se dá pela crença de que o modelo de Estado centralizador e totalizador não possui eficiência, demonstrando a necessidade da descentralização administrativa, política e financeira do mesmo.

Devido aos avanços das políticas educacionais, e segundo Alves e Soares (2013), a gestão da unidade escolar ampliou sua responsabilidade ao do buscar por maior eficiência e qualidade na educação. Assim, a municipalização do sistema escolar consiste em uma das principais maneiras de democratizar o acesso à educação e, também, melhorar a qualidade de ensino.

Silva (2019) acrescenta ainda que, pode existir a econometria espacial, isto é, a correlação entre duas ou mais regiões constituindo uma dependência espacial entre elas com efeitos positivos, negativo ou mesmo nulos. Assim, as características sociais e econômicas de um município podem interferir naqueles que ao seu entorno.

De acordo com Dantas e Jesus (2003), no âmbito municipal ocorre os maiores impactos causados pelas políticas governamentais, a exemplo da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de

Valorização do Magistério – FUNDEF, que busca redistribuir a gestão de recursos destinados ao Ensino Fundamental.

O processo de municipalização é entendido por Dantas e Jesus (2003) como um desmembramento do processo de descentralização, atribuindo responsabilidades aos municípios de criar, gerir e manter seu próprio sistema de ensino nas modalidades de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, principalmente, do Ensino Fundamental.

Posto isso, a municipalização do ensino implica na transferência para o poder local de encargos e decisões a serem tomadas de formas a garantir o atendimento a demanda e a melhoria na qualidade de ensino. (DANTAS & JESUS (2003).

Figura 1: Indicadores Educacionais do Ensino Fundamental e Médio

Discriminação	Indicadores educacionais			
	Ensino fundamental		Ensino médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida (1)	91,5	89,6	46,3	54,2
Aprovação	84,7	93,1	78,7	84,6
Reprovação	13,4	5,4	13,6	6,8
Abandono	1,9	1,4	7,7	8,7
Alunos por sala de aula	27,2	25,6	34,4	29,1

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).
1) Taxa de escolarização líquida referente a 2015.

Fonte: IPECE- Instituto de Pesquisa e estratégia Econômica do Ceará (2017)

Infere-se do Quadro 1 abaixo e de acordo com o Observatório da Criança e do Adolescente (2022), o Ideb do Brasil ficou durante os três anos analisados abaixo da meta estabelecida, diferentemente do Estado de Ceará, que apresentou valores desse indicador superiores a meta. O município de Baturité, por sua vez, apresentou valores abaixo da meta nos anos de 2015 e 2017, mas superou o patamar desejável em 2019.

Quadro 1 – Metas e valores Reais do Ideb

	IDEB OBSERVADO			IDEB META		
	2015	2017	2019	2015	2017	2019
Brasil	4,5	4,7	4,9	4,7	5,0	5,2
Ceará	4,8	5,1	5,4	4,3	4,6	4,9
Baturité	3,7	4,0	4,5	3,9	4,2	4,4

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente, 2022.

A Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio, objeto de estudo desta pesquisa, oferece Ensino Fundamental I, II e EJA (Educação de Jovens). O corpo docente da escola é constituído por 45 professores, todos graduados e, em sua maioria, com especialização. Em 2020, a quantidade de alunos totalizava em 1278 alunos, sendo 482 do quarto ao sexto ano, 1424 do sexto ao nono ano e 168 referentes ao EJA.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) emitido pela escola no ano de 2020, a mesma busca promover uma educação de qualidade, ao proporcionar aos seus discentes conhecimentos, habilidades e valores através de propostas inovadoras em um ambiente que visa a democracia e a valorização humana. Assim, o PPP foi elaborado visando o aproveitamento da aprendizagem, bem como do processo de avaliação constante, definindo objetivos, metas e estratégias para alcançar seus propósitos

Ademais, observa-se que, conforme o Quadro 2, a diferença de alunos durante a matrícula inicial e a final:

Quadro 2 – Matrículas Iniciais e Finais, Aprovados e Reprovados.

Ano/serie	Mat. Inicial	Aprovados	Reprovados	Desistentes	Transferidos	Matrícula Final
4° ao 6°	529	497	0	26	6	497
7° ao 9°	600	565	0	32	35	565
EJA	103	69	0	34	0	69
Total	1232	1131	0	92	41	1131

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Domingos Sávio elaborado Núcleo Gestor, Professores, Especialistas, Funcionários, Conselho Escolar e Comunidade. (2020).

Diante do quadro exposto, verifica-se que em 2020, 93,95% dos alunos do quarto ao sexto ano foram aprovados, bem como 94% dos alunos do sétimo ao nono ano. Já o EJA, possuiu uma taxa de aprovação de 91,8%.

Observa-se a ausência de reprovações que, aparentemente indica um bom resultado, mas pode revelar a falta de qualidade no ensino, tomando medidas que aumente seus dados e quantitativas e atinja metas. Outro dado alarmante refere-se à quantidade de desistentes, totalizando 92 no ano de 2020, destes a maior parte referente aos alunos do EJA, correspondendo 33% das suas matrículas iniciais.

De acordo com Mead (1995), Políticas Públicas consistem em um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, assim englobam um conjunto de ações do governo que busquem reduzir efeitos específicos.

Farah (2004) diz que política pública é um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Assim, o Quadro 3 abaixo apresenta os programas e políticas públicas elaborados pelo Estado e, mais especificamente, pelo município de Baturité na área da educação como forma de promover o seu acesso a todos, bem como a cidadania e a mitigação de vulnerabilidades sociais.

Quadro 3 – Políticas e ações públicas no município de Baturité no âmbito educacional.

Programa	Descrição
Plano Nacional de Educação (PNE)	Aprovado em 25 de junho de 2014, o PNE aprofunda-se quanto a necessidade de definir os conteúdos mínimos diante da compreensão destes como direitos e objetivos para a aprendizagem e desenvolvimento.
Plano Municipal de Educação de Baturité (PME)	Aprovado em 22 de junho de 2015, esse plano expressa os objetivos e prioridades no que concerne à educação do município de Baturité, definindo diretrizes e metas para cada nível de ensino. Elaborado a partir das diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), com a finalidade de expressar o que o município pretende com relação à educação básica a curto, médio e longo prazos, em resposta às necessidades educacionais do município, tendo em vista a melhoria na qualidade da educação em todo o sistema de forma participativa, na qual governo e sociedade civil, tais como os pais, alunos, professores e demais profissionais da educação, irão analisar, propor e definir políticas públicas para educação, com o propósito de reduzir as desigualdades sociais e regionais e superar a descontinuidade do trabalho na educação do município de Baturité,...
Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA)	Desenvolvido desde 2008 pelos municípios do Ceará e incentivado pelo Ministério Público do Trabalho, este programa objetiva conscientizar a sociedade quanto a emergência em erradicar o trabalho infantil, bem como romper barreiras culturais e de senso comum desse problema social e, fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Ademais, o PETECA busca incentivar as artes, através de trabalhos literários e culturais e fomentando o desenvolvimento de modalidades artísticas.
Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD	Desenvolvido com os alunos do Ensino Fundamental, este programa originou de um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a escola e a família, com o intuito de ensinar aos alunos caminhos a serem seguidos para que possam tomar boas decisões e sejam capacitados para respeitar aos demais e conduzir a sua vida sem o uso de drogas, violência, etc.
Programa Saúde na Escola (PSE)	Este projeto busca a integração e articulação permanente entre saúde e educação, como forma de contribuir pela melhoria da qualidade de vida e enfrentar as vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública municipal. Assim, de forma a concretizar este projeto, os educandos da Educação Infantil ao 9º ano das escolas municipais de Baturité são incentivados a realizar atividades dinâmicas como rodas de conversa, palestras com nutricionistas, debates, cinema com filmes relacionados ao tema, jogos interativos, etc.
Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)	Criada pelo Ministério da Fazenda, possui o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisão autônoma e consciente pelos consumidores.
Educação Fiscal e Cidadania	Busca oportunizar a cada educando apropriar-se de conceitos relativos a bens públicos, para que possam compreender e participar como cidadãos diante da ação do Estado em suas ações estatais na arrecadação e tributos. Assim, fomenta a participação ética, responsável e participativa entre poder público e cidadão, estimulando o conhecimento pela sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos.
Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	Apresentado em 2009 por uma ação conjunta entre o MEC e a SEPPIR, esse plano busca considerar os conflitos de cunho discriminatório, por exemplo, evidenciados em escolas e o desdobramento deles na vida dos estudantes e fora delas. Assim, é de suma importância que as escolas constituam um espaço democrático que respeite à diversidade as relações étnico-raciais.

Fonte: Elaboração própria.

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa foi desenvolvido através de pesquisa de campo (Questionário semiestruturado) que tiveram como finalidade fundamentar as ações naturalmente desenvolvidas no cotidiano da escola, bem como a compreensão das respostas dos sujeitos entrevistados.

O presente estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa, e foi realizado junto à Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio, localizada na cidade de Baturité, no Estado do Ceará, os docentes que se disponibilizaram a fazer parte do mesmo.

A pesquisa deu-se com um universo/amostra de 08 professores em pleno exercício da docência que ministram aulas nas turmas avaliadas de 5º e 9º anos, ambos formados nas áreas de Códigos e Linguagens, Matemática e suas Tecnologias.

Inicialmente entrou-se em contato com os professores entrevistados. Após os contatos, efetuou-se a distribuição do questionário elaborado por meio da ferramenta *Google Forms*, e enviado a cada um através do *WhatsApp*. O questionário contém 16 questões assim distribuídas: objetivas e subjetivas. Para tanto, realizou-se uma entrevista semiestruturada, através do questionário digital.

A proposta aqui colocada foi analisar as políticas públicas educacionais, através da percepção dos professores sobre a influência do SPAECE realizada na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio nas turmas avaliadas de 5º e 9º anos.

A investigação adotada nessa pesquisa foi o estudo de caso que, segundo Meirinhos e Osório (2010), tem vindo a incrementar-se e a ganhar maior reputação. Tal notoriedade, no campo da educação e das ciências sociais, muito se tem devido a autores como Yin (1984) e Stack (2000) que embora em perspectivas não completamente coincidentes, têm procurado aprofundar e sistematizar o estudo de caso no âmbito da metodologia de investigação.

Dentro da técnica utilizada, uma vez que será trabalhado o estudo de caso, percebeu-se que a Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio fundada em 1930, por padres salesianos, passou por algumas mudanças em suas instalações físicas, bem como administrativa, a fim de acomodar um número maior de alunos internos de Baturité e outros estados. Em 1969, o foco da escola mudou,

e o objetivo passou a dar assistência a comunidades carentes da cidade, sendo mantida por padres e irmãos salesianos, mas pela carência de recursos financeiros, esse período durou pouco.

Há 45 anos, a escola vem contribuindo para a educação do nosso município formando cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades e valores na sociedade, tendo como missão Contribuir para a formação de cidadãos críticos, autônomos e atuantes no processo de desenvolvimento humano, dentro de um contexto social, cultural e econômico, sempre abertos à reflexão e mudanças, e preparados para os desafios do mundo moderno (IPCE, 2019).

A Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio tem como patrono São Domingos Sávio e vem atendendo às exigências da educação do novo milênio, buscando a formação integral dos seus discentes como membros atuantes e participativos na sociedade e busca, em suas ações, o desenvolvimento das crianças e adolescentes de Baturité, acreditando no sucesso para o engrandecimento de nossa nação, onde a escola em epígrafe contempla três quadras poliesportiva, sendo duas nas dependências da escola e a outra anexo.

O corpo técnico administrativo é composto por 01 (um) diretor pedagógico, 01 (um) vice-diretor, 01 (uma) secretária escolar, 04 (quatro) coordenadores pedagógicos, 02 (dois) professores de apoio pedagógico, ambos com formação acadêmica em nível superior. O diretor tem 02 (dois) cursos superiores e 01 (uma) especialização em Gestão Escolar, e os coordenadores têm também especialização em Gestão Escolar. O quadro de funcionários é composto por 04 pessoas do setor administrativo (secretaria), 06 merendeiros, 07 auxiliares de serviços gerais, 01 monitores de informática, 01 porteiros e 03 vigias, totalizando 29 (vinte e nove) funcionários (PPP 2020 elaborado por núcleo gestor, professores, funcionários, Conselho Escolar e Comunidade).

Gil (2008) afirma que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Ele pode ser utilizado tanto em pesquisas exploratórias quanto descritivas e explicativas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

De forma a elucidar o desenvolvimento dessa pesquisa, foi realizado o estudo de caso dos indicadores educacionais do município Baturité, com foco em uma escola da rede pública.

Tendo em vista atingir os objetivos de pesquisa, procurou-se apresentar os resultados das análises e interpretações dos dados coletados por meio de um questionário semiestruturado, que tem como objetivo geral analisar a percepção de professores da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio sobre as políticas públicas voltadas para o SPAECE nas turmas avaliadas.

A pesquisa deu-se com um universo / amostra de 08 professores em pleno exercício da docência das seguintes áreas do saber - Matemática e suas Tecnologias e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias da instituição educacional nas turmas avaliadas de 5º e 9º anos.

No processo de organização e análise dos dados coletados, percebemos que as falas dos entrevistados na escola, estruturou-se em três categorias de análise e quatro subcategorias: Avaliação Externa, efeitos dos resultados na gestão escolar e as mudanças significativas na escola após o SPAECE (planejamento, metodologia de ensino, formação de professores, aprendizagem dos alunos).

Nessas falas, podemos perceber que os professores reconhecem os princípios e as finalidades do SPAECE como instrumento avaliativo, associado a avaliação externa realizada pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará e que propiciam efeitos no modo de ver o trabalho realizado na sala de aula. Com os resultados da prova externa, a comunidade educativa (gestão, coordenadores e professores), passam a refletir sobre suas práticas pedagógicas e possíveis mudanças. Vale lembrar que para o estado, este instrumento de avaliação mostra os níveis em que os alunos que concluem os anos iniciais e os anos finais encontram-se. Sendo assim, este instrumento de avaliação é de grande valia para o contínuo aperfeiçoamento da prática pedagógica e da gestão do ensino, colaborando, assim para a melhora da qualidade do ensino na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio.

Em termos do Rendimento do Ensino e Aprendizagem, os dados abaixo demonstram boas perspectivas em relação à melhoria da qualidade de ensino na instituição, considerando os avanços obtidos nos índices apresentados.

Destacam-se os avanços nos últimos anos, sendo o resultado de 2017 histórico, o maior índice de proficiência já obtido pela instituição.

Quadro 4. Resultados das avaliações externas nos últimos três anos.

SPAECE					
Esfera	Nível	Disciplina	2017	2018	2019
			PROFICIÊNCIA	PROFICIÊNCIA	PROFICIÊNCIA
Escolar	5º Ano	LP	205,5	211,2	211,9
		MT	203,7	216,5	216,6
	9º Ano	LP	257,6	272,8	263,6
		MT	247,8	248,8	239,3
SAEB					
Esfera	Nível	Disciplina	2017	2018	2019
			PROFICIÊNCIA	PROFICIÊNCIA	PROFICIÊNCIA
Escolar	5º Ano	LP	189,53	204,59	206,17
		MT	196,24	211,14	213,39
	9º Ano	LP	259,86	261,59	261,34
		MT	251,05	251,92	259,03
IDEB					
Esfera	Nível		2015	2017	2019
Escolar	5º Ano	Observado	3,7	4,9	5,4
		Meta	3,7	4,0	4,3
	9º Ano	Observado	3,6	3,9	4,3
		Meta	4,1	4,3	4,6

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio (PPP-2020) Núcleo Gestor, Professores, Especialistas, Funcionários, Conselho Escolar e Comunidade.

No quadro do resultado dos três últimos anos letivos, é perceptível que as PROMOÇÕES dos alunos superam os 97%; a RETENÇÃO de alunos é inferior à 2% e a EVASÃO ESCOLAR é inferior a 1%. Como o quadro de resultados demonstra uma retenção, e visando a melhoria e superação desse quadro, a proposta é trabalhar permanentemente o Reforço e Recuperação dos alunos que apresentam defasagem escolar.

Outro entendimento que observamos nas falas dos professores entrevistados é que a avaliação em estudo tem como princípio avaliar a qualidade de ensino oferecido na escola. Assim sendo, conforme falamos anteriormente que o questionário é semiestruturado e dividido em três etapas, onde a 1ª etapa foi abordar o perfil do educador, mesclando dados pessoais e profissionais; a 2ª etapa foi a concepção sobre as políticas públicas educacionais, a partir de uma avaliação externa SPAECE e a 3ª etapa o impacto das avaliações externa na escola para o resultado da eficácia escolar.

Os resultados desse estudo de caso, que intensificou questões objetivas e subjetivas serão expostos a seguir. Os entrevistados serão identificados por P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8, quando houver a necessidade de citá-los.

Quando perguntado aos entrevistados, qual a sua concepção sobre a política de avaliação externa, representada através do SPAECE, P1 afirmou que acredita que as avaliações externas oferecem aos professores, uma visão distanciada e potencialmente mais crítica do funcionamento e dos processos pedagógicos. Dependendo dos resultados a comunidade escolar repensa seus objetivos e busca estratégias educacionais para melhorar o desempenho dos alunos. P2 entende que é uma avaliação necessária, mas que ainda precisa ser melhorada em vários aspectos.

Mesmo com a avaliação sendo aplicada, não existe um trabalho pós prova a ser feito com esses estudantes das turmas avaliadas. Outro aspecto que podemos avaliar é o fato do SPAECE ser somente aplicado em séries específicas, deveria existir um trabalho com todas as séries em geral. Para P3, é um importante processo de avaliação que detecta o nível de aprendizagem dos nossos alunos. P4, percebe que as escolas da rede pública municipal demonstram resultados qualitativos e quantitativos, com objetivo de melhorar a qualidade da educação, por meio do aperfeiçoamento do ensino e aquisição de políticas públicas.

Segundo P5, a concepção da aplicação do SPAECE, é uma avaliação de larga escala, através dela chegamos aos recursos educacionais. Para P6, é uma boa política que norteia os princípios da educação, porém muito distante da realidade dos nossos alunos no que se refere o que realmente temos possibilidade de atingir. P7, por sua vez, diz que é muito importante, para avaliar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Por fim, P8 fala que é uma avaliação muito importante, mas realizada no período da pandemia, acredita-se que não trará resultados significantes, pelo contrário.

Como vê os processos gestionários da escola (monitoramento, clima, aplicação e administração)? E a dinâmica das avaliações na rotina da escola? Essa foi a nona pergunta do questionário que contou com 8 respostas. P1 afirma que na escola em que está lotada, afirma que vê esse processo com muita atenção e zelo. Porém é notório a escassez de matérias como recursos tecnológicos, xerox, etc. P2, afirmou a escola tem a preocupação de sempre está aplicando simulados semanalmente, fazendo a correção dos mesmos.

P3 diz que vê os processos gestionários da escola ainda num clima que precisa de docentes mais compromissados, apesar da dinâmica das avaliações ter mudando muito sobre o olhar dos professores e quanto a rotina escolar precisa ainda ser intensificada a cada dia. P4 argumenta que escola realiza um trabalho estruturado, com o máximo de esforço e dedicação por parte da equipe gestora e docentes, para que a avaliação ocorra de forma tranquila e satisfatória. Já P5, percebe que acontece de forma fluida, graças à ação e competência dos professores e núcleo gestor da instituição em epígrafe.

De acordo com P6, vê de maneira transparente, cooperativa e satisfatório todo o trabalho desenvolvido pelos profissionais que conduzem a escola ministram aulas nas turmas avaliadas. P7, afirma que em termos de administração ainda vê que tem muito a melhorar, principalmente na falta de comunicação entre coordenação/direção e professores em muitos casos e em relação as avaliações externas, deveriam ser mais incisivas nos pontos mais críticos da aprendizagem dos alunos. E por último P8 considera tudo bastante satisfatório.

Na questão 10, perguntou aos entrevistados quais os mecanismos de controle estabelecidos na escola? P1 disse que são a frequência escolar e as avaliações diagnósticas. P2 argumenta que são aplicação de simulados semanalmente ou quinzenalmente, atividades desenvolvidas sobre os descritores

mais críticos pelos discentes e por último o acompanhamento dos professores. P3, respondeu que esses mecanismos segundo seu conhecimento e análise, trata -se de uma maneira de organizar o bom funcionamento da escola quanto aos aspectos políticos, administrativo, financeiro e pedagógico. P4 afirma que, são estratégias para incentivar, motivar e trabalhar conteúdos direcionados para os alunos.

Ainda sobre os mecanismos de controle, P5 afirma são aplicação de aulões preparatórios através dos descritores exigidos nas avaliações externas, estudo de descritores e habilidades nas aulas de Língua Portuguesa e Matemática. P6 destaca a importância da busca ativa, atividades de grupo e personalizados para aqueles alunos que apresentam grandes dificuldades nos descritores de ambas disciplinas avaliadas. P7, diz que os mecanismos devem ser aplicados com disciplina e seguir as regras estabelecidas pela escola e por último, P8 afirma que é importante trabalhar de acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.

A questão 11 trouxe o questionamento da percepção em relação a sua própria prática no gerenciamento de resultados. P1 afirmou que se vê algumas vezes aprisionado em um sistema que exige um bom resultado, muitas vezes existem situações que impossibilita de fazer o necessário. P2 relatou que sempre tem aplicado para seus alunos diagnósticos e através deste, faz levantamento dos números de acertos e erros e de acordo com o gráfico que constrói, trabalha em cima dos descritores mais críticos tornando mais fáceis de chegar a um resultado mais satisfatório.

P3 diz que é algo importante para aprendizagem dos alunos, pois através das avaliações diagnósticos iremos trabalhar com as habilidades mais focadas para conseguirmos um resultado eficaz. P4, por sua vez diz que considera sua prática bastante satisfatória, pois utiliza todos os recursos necessários para o melhor desempenho dos alunos nas avaliações externas. P5 diz que percebe que há carências nas orientações de professores para lidarem com esse processo de ensino e há um grande esforço para garantia de eficiência no processo de ensino e aprendizagem.

A posição de P6 sobre a percepção em relação a prática de gerenciamento de resultados, é de buscar sempre priorizar os objetivos que precisam ser trabalhados e desenvolvidos através das habilidades necessárias. Para P7, diz que encara no sentido de dissecar os conteúdos da disciplina que leciona, dessa forma trabalhando do básico ao avançado, sempre tentando alcançar sua meta. E P8,

relata que sente dificuldades em intervir individualmente com os alunos que apresenta deficiência intelectual, devido uma quantidade exorbitante de alunos na sala de aula.

A questão de número 12, vai de encontro ao aspecto a política de avaliação externa que vem sendo desenvolvida pela escola. P1 afirma que essa política é forma pontual e participativa. P2 compreende que vem sempre trabalhando de forma bastante eficaz nos períodos de aplicações de simulados preparatórios para o SPAECE. P3 diz que a Secretaria da Educação de Baturité em parceria com a SEDUC através da CREDE 8 estão trabalhando fortemente colocando bolsistas na escola para trabalharem reforço nas disciplinas das turmas avaliadas com os alunos que apresentam dificuldades nos descritores mais críticos. P4 diz que ainda existe uma tentativa de alguns coordenadores acompanharem os professores especificamente e acredita que ainda há carência, seja de recursos e orientações.

Segundo P5, as formações continuadas para professores e gestores tem focado sempre nas habilidades dos alunos, nas aplicações de simulados quinzenalmente que após os resultados, traçamos metas para desenvolvermos com nossos discentes. P6, diz que essa política de avaliações externas é trabalhada dentro dos descritores mais críticos através de simulados. P7 afirma que é trabalhado de maneira eficaz e satisfatória e P8 afirma que essas políticas externas são desenvolvidas através das formações mensais de Língua Portuguesa e Matemática, reuniões periódicas, aulões, etc.

Quando perguntado como eles se dão a inserção do gestor/ professor nas práticas avaliativa? P1 diz que se dá com ações pautadas na organização, formação, acompanhamento nas estratégias dentro e fora da escola. P2 afirma ser bastante presente. P3 compreende que se dão a partir do acompanhamento na sala de aula, conversando com os próprios alunos, além de participar dos planejamentos pedagógicos para juntamente com os professores, decidirem a melhor forma de avaliar o aluno em determinado período, levando em conta o seu nível de aprendizagem. P4, considera de grande importância para que haja resultados satisfatórios, más como afirmado: há uma grande carência em orientação para lidar com esse processo de avaliação externa.

Para P5, a essa inserção se dá através da avaliação da aprendizagem escolar que apresenta como reflexões constantes na área educacional, pois avaliar exige do professor o domínio de conhecimentos adequados, objetivos explicitados

entre os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem. P6 diz que essa inserção está no acompanhamento do processo.

Já P7 afirma que se dá de maneira bastante participativa e por último P8 diz que se dá de forma a conquistar os alunos sobre a necessidade e importância de se fazer uma das avaliações externas, bem como ministrar aulas diferentes que possam incentivar cada vez mais nossos alunos para um bom processo de ensino e aprendizagem.

A pergunta 14, trouxe o seguinte questionamento: Como você considera o impacto das avaliações externa na escola para o resultado da eficácia escolar? Que elementos são levados em consideração na escola para a análise desses resultados? P1 percebe que impacto é positivo, porém as avaliações externas de desempenho são o termômetro para que a escola pense em ações educacionais amplas e efetivas direcionadas as turmas avaliadas. Fatores extraescolares, ou seja, o contexto social em que o aluno está inserido, são levados em consideração para o resultado avaliativo do mesmo.

P2 afirma que considera ainda que existe muito trabalho a ser feito, principalmente pelo fato de que mesmo ocorrendo as avaliações externas e vindo os resultados, ainda não se existe um trabalho em volta desses descritores mais críticos. P3, destaca que as avaliações externas sempre deixam o "sinal de alerta ligado" para que possamos intensificar mais os conteúdos cobrados e estarmos atentos aos alunos que apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

P4 afirma que esses impactos podem subsidiar a elaboração de políticas e ações educacionais por diferentes níveis de gestão da educação e serão levados em consideração, o desempenho na avaliação, bem como frequência e reprovação. P5 acredita que além de permitir verificar o cumprimento do direito da aprendizagem, as avaliações externas possibilitam as escolas traçar um diagnóstico de suas redes e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que estejam afetado o desempenho dos estudantes. P6 considera de grande importância, para corrigir a deficiência da aprendizagem.

P7 diz que na maioria das vezes, traz para escola um movimento satisfatório em relação à aprendizagem e objetivos que precisam ser alcançados enquanto P8 diz no que se refere a eficiência, levando em conta o que acredito que tenha como

missão a educação acho a prova bem distante desse propósito, no entanto a escola foca a aprendizagem dos alunos com base nos critérios da prova.

A pergunta 15 foi a seguinte: Quais os procedimentos e estratégias utilizadas pela à escola (gestores e professores), na apropriação, divulgação e socialização dos resultados do SPAECE na comunidade educativa? De acordo com P1, é através de reuniões de pais e ou responsáveis pelos discentes e planejamento coletivo mensal. P2 afirma que é bastante precário. P3 traz que a escola promove reuniões com os alunos, com pais e corpo docente, visando a conscientização de todas as partes sobre a importância da avaliação; aulas no auditório da escola; divulgação nas redes sociais da escola durante todo o período que antecede a avaliação. P4, acredita que os resultados estejam de posse da Secretaria da Educação de Baturité e que posteriormente, a comunidade educativa, pais, professores e alunos fiquem cientes dos resultados.

Já P5 diz que os resultados são apresentados em formação ou reuniões de gestores para que posteriormente seja apresentado aos professores das turmas avaliadas, para que seja feito um estudo minucioso para traçarmos em CARÁTER DE URGENTE uma ação capaz de consolidar com as competências e habilidades dos alunos. P6 afirma que tem observado sempre a preocupação dos coordenadores pedagógicos, gestor e professores realizarem a busca ativa através da visita domiciliar ou ligação. P7 afirma que existe uma ampla divulgação nos resultados por meio de reuniões periódicas e por último P8 vê apenas exposição de gráficos.

E para encerrar o questionário semiestruturado, a pergunta 16 diz o seguinte: A SEDUC e/ou CREDE 8 subsidiam sua escola no trabalho com o SPAECE? Em caso afirmativo, como esse suporte poderia ser melhorado? P1 diz que sim, pois precisa ser melhorado nas formações mensais ampliando a carga horária e ações direcionadas na escola. P2, P4 e P5 afirmam que não tem nenhum conhecimento acerca desse questionamento.

P3 compreende que que sim e diz que tanto a SEDUC por intermédio da CREDE 8 e a secretaria da Educação de Baturité, podem ajudar a escola colocando profissionais de acordo com sua formação acadêmica para trabalhar reforço nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos que foram seriamente prejudicados na pandemia, haja visto que ficaram impossibilitados de

serem acompanhados por meio das aulas online através das ferramentas *WhatsApp* e *google meet*.

P6 afirma que sim e que a cada dia A SEDUC/CREDE 08, em regime de colaboração vem realizando mensalmente formações continuadas com temas relevantes para conseguimos a recomposição do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, a agora cabe aos municípios replicar essas formações com ênfase, para juntos, elevarmos um resultado satisfatório.

Para P7 e P8 afirmam sim e que atuam de maneira mais efetiva quando se tratam do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, além das formações oferecidas para os professores de Língua portuguesa e Matemática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar os propósitos dessa pesquisa, percebeu-se que os discentes entrevistados, apresentaram conhecimento apurado acerca das políticas públicas educacionais presentes na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio e discutiu-se os aspectos teóricos relativos à forma de como essas políticas públicas foram analisadas em sua trajetória, trazendo para isso um recorte histórico que elucida a sua dinâmica, direcionamento e formato atual, onde compreende-se de maneira mais aprofundada com este estudo de caso realizado na escola em epígrafe, localizado na cidade de Baturité, Estado do Ceará, como funciona o Sistema de Avaliação da Educação Básica e, sobretudo o SPAECE, na escola.

Temos o conhecimento da importância que a avaliação externa tem ocupado no cenário de nossas escolas, pois de posse desses resultados dessa avaliação, a escola em epígrafe tem traçado plano de intervenções, bem como, cada professor das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática tem revisto sua prática pedagógica e assim tem buscado de forma positiva metas para atingir o resultado bastante satisfatório, quando almejamos uma educação de qualidade do ensino público.

Durante a execução deste estudo de caso, procurou-se investigar a percepção dos professores e gestor sobre influência do SPAECE (Sistema Permanente da Educação do Ceará), na gestão pedagógica da referida escola. Diante desse objetivo de estudo, procurou saber se todos os professores compreendiam os princípios e finalidades dessa avaliação.

Para atingir o objetivo proposto, apoiado no método de Revisão Bibliográfica e no Estudo de Caso de uma Escola Municipal do município de Baturité/ CE, este estudo objetivou fazer um levantamento bibliográfico das pesquisas realizadas por conhecedores sobre o assunto através de um questionário semiestruturado aplicado a 08 professores que estão lotados nas turmas de 5º e 9º anos com as disciplinas avaliadas de Língua Portuguesa e Matemática e análise documental do Projeto Político Pedagógica (PPP) da escola.

Após a análise das respostas dos entrevistados, verificou-se que alguns professores conhecem com prioridade os princípios e as finalidades do SPAECE, percebe-se também que essa avaliação é sempre bem-vinda e tem tido efeitos

positivos na prática pedagógica desses professores e no bom desenvolvimento pedagógico na escola.

A escola em estudo tem -se pelas falas verificando na prática a importância da eficaz gestão das políticas públicas educacionais no desenvolvimento e formação das pessoas e na sua capacitação para competir no mercado de trabalho, bem como melhorar a qualidade de vida e bem-estar, além de ser essencial nas estratégias de desenvolvimento.

Assim sendo, o SPAECE tem influência na prática docente, pois possibilita que os professores possam traçar um diagnóstico da aprendizagem dos seus alunos, podem detectar pontos fracos e fortes do processo de ensino e identificar características dos professores e gestores das escolas públicas municipais e estaduais, pois cada professor tem uma visão ampla do nível de cada aluno e passa a planejar de forma adequada para que eles avancem, partindo da sugestão que o próprio Sistema Permanente de Avaliação do Ceará (SPAECE) propõe.

Esse trabalho investigou através do estudo de caso, como ocorre a apropriação e o uso dos resultados do SPAECE em uma escola de ensino fundamental regular no município de Baturité. Partimos da necessidade de investigar possibilidades de uso pedagógico dos resultados dessa avaliação para subsidiar as práticas pedagógicas dos professores, tendo em vista, sobretudo, a melhoria da aprendizagem dos alunos das turmas de 5º e 9º anos ano dessa escola.

Por fim, consideramos que o problema da qualidade da educação não pode ser visto só no âmbito da escola, como não pode ser resolvido acionando uma única vertente. Trata-se de uma questão bastante complexa que necessita de diversas intervenções. O Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica do Ceará – SPAECE, é uma avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do ensino fundamental, além disso, fornece informações sobre o processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aos professores e gestores das redes de ensino, porém intervir em ações imediatas de possíveis distorções verificadas, melhoria da qualidade e desigualdade de ensino depende muito de mudanças de postura de planejamento dos nossos governantes e do nosso gestor maior “ Secretaria da Educação do Estado e do Município”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 177-194, 2013.

ALAVARSE, Ocimar; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliação como diretriz das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais: o caso brasileiro. In: **Trabalho aprovado para apresentação no III Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**. 2012.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *Educação como Política Pública*. 2. ed. ampl. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2001.

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977

BATISTA, Neusa Chaves. A formação do Estado nacional brasileiro: implicações para a gestão das políticas públicas educacionais. **Eccos Revista Científica**, v. 9, n. 2, p. 387-408, 2007.

BONAFONT, Laura Chaqués. *Redes de Políticas Públicas*. Centro de Investigaciones Sociológicas - CIS. [s/l]: Siglo Veintiuno de Espana Editorial, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Diário Oficial da União, Disponível em: <http://alep.pr.gov.br/system/files/corpo/Con1988br.pff>. Acesso em 04 abril 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb>. Acesso em: 04 abril de 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desempenho dos alunos na Prova Brasil: diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino. Brasília: Inep, 2007.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

DANTAS, Cátia Verônica Nogueira; DE JESUS, Tércio Rios. Políticas públicas e Reformas Educacionais no Brasil: enfoque no planejamento educacional no âmbito dos Municípios. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, n. 7, 2003.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Inep, 2007.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 1, p. 213-238, 2009.

FONTANIVE, NILMA. Alguns indicadores educacionais de qualidade no Brasil de hoje. **São Paulo Perspec**, v. 23, n. 1, p. 19-28, 2009.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - anos iniciais do Ensino Fundament. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-fundamental/1228-idade-de-desenvolvimento-da-educacao-basica-ideb-anos-iniciais-do-ensino-fundamental?filters=1,101>>. Acesso em 04 abril 2022.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de epidemiologia**. 2ed. A, v. 398, p. 1-377, 2010. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/disponibilizararquivos/levantamento_bibliografico_cristianegalv.pdf. Acesso em: 04 abril .2022

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Edição, 7ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2008.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) sociais. *Cadernos Cedes. Políticas Públicas e Educação*, n. 55, 2001.

IBGE– Resultado Censo demográfico 2019 Baturité. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230970#>. Acesso em:
04 abris 2022

IPECE- Perfil Básico do Município de Baturité 2019. Disponível em:
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2011/Pacatuba.pdf.
Acesso 05abril 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da educação**, v. 26, n. 3, p. 497-514, 2010.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991.

MEIER, G. M.; RAUCH, E. J. **Leading issues in economic development**. New York: Oxford University, 2005.

MEC - Ministério da Educação. **IDEB – Apresentação**, 2019. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 05 abris 2022.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática–como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2015.

NETO, José Gonçalves Moreira. Sistema de indicadores educacionais no acompanhamento e avaliação de políticas públicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 41, p. 407-431, 2008.

NUNES, Christian Masseron; DEVANTIER, Ana Rutz. Estudo de indicadores educacionais nos anos finais do ensino fundamental, no âmbito do projeto obeduc/ufpeL.2013.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. **Manual prático de metodologia da pesquisa**: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. 2005.

RIANI, F. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves et al. Análise da evolução de indicadores educacionais no Brasil: 1981 a 2008. **Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais**, 2010.

SALTELLI, A. et al. Composite indicators – the controversy and the way forward. Palermo: OECD World Forum on Key Indicators. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>>. Acesso em: abr. 2008.

SCANDAR NETO, W. J. *Síntese que organiza o olhar*: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 2ª Ed.

SILVA, Joed Freire Pereira da. **Análise das disparidades nos indicadores educacionais municipais de Pernambuco: uma análise de aglomerados**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

SOARES, Ana Márcia; MOSINHO, Marcela Oliveira. Financiamento e indicadores educacionais. 2014.

SOCIAL, INFORME FINAL DE SERVICIO. Políticas públicas. **Centro de Análisis de Políticas Públicas, U. De Chile. Santiago, Chile**, 2011.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Estudos em avaliação educacional**, v. 22, n. 50, p. 419-434, 2011.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; KOETZ, Carmen Maria; MARTINS, Tatiane Fátima Kovalski. Escola pública e a utilização de indicadores educacionais. **Educação**, v. 38, n. 1, p. 99-112, 2015.

ANEXO - QUESTIONÁRIO

Caro colaborador, este questionário é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no tipo monografia, do acadêmico Francisco Fábio Lima da Silva, aluno do curso de bacharelado em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB. O tema dessa pesquisa é: Políticas Públicas Educacionais: percepção dos professores sobre a influência do SPAECE.

O objetivo, aqui, é obter informações, a partir da sua percepção sobre as Políticas Públicas Educacionais presentes na Escola de Ensino Fundamental Municipal Domingos Sávio e analisar a percepção dos professores em relação aos efeitos do Spaece junto aos discentes das turmas avaliadas no SPAECE. Ressaltamos que toda e qualquer resposta aqui fornecida, terá como único objetivo o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em epígrafe, e a identidade dos respondentes ficará mantida em total anonimato. Muito obrigado pela sua colaboração!

Sexo:

Tempo de Trabalho:

Grau de Instrução:

Tempo de Escola:

Vínculo com a escola:

01) Qual a sua concepção sobre a Política de avaliação externa, representada através do SPAECE?

02) Como vê os processos gestionários da escola (monitoramento, clima, aplicação e administração)? E a dinâmica das avaliações na rotina da escola?

03) Quais os mecanismos de controle estabelecidos na escola?

04) Qual sua percepção em relação a sua própria prática no gerenciamento de resultados?

05) Como é que a política de avaliação externa vem sendo desenvolvida pela a escola?

- 06) Como se dá a inserção do gestor/ professor nas práticas avaliativas?
- 07) Como você considera o impacto das avaliações externa na escola para o resultado da eficácia escolar? Que elementos são levados em consideração na escola para a análise desses resultados?
08. Quais os procedimentos e estratégias utilizadas pela a escola (gestores e professores), na apropriação, divulgação e socialização dos resultados do SPAECE na comunidade?
- 09) A SEDUC e/ou CREDE 10 subsidiam sua escola no trabalho com o SPAECE? Em caso afirmativo, como esse suporte poderia ser melhorado?